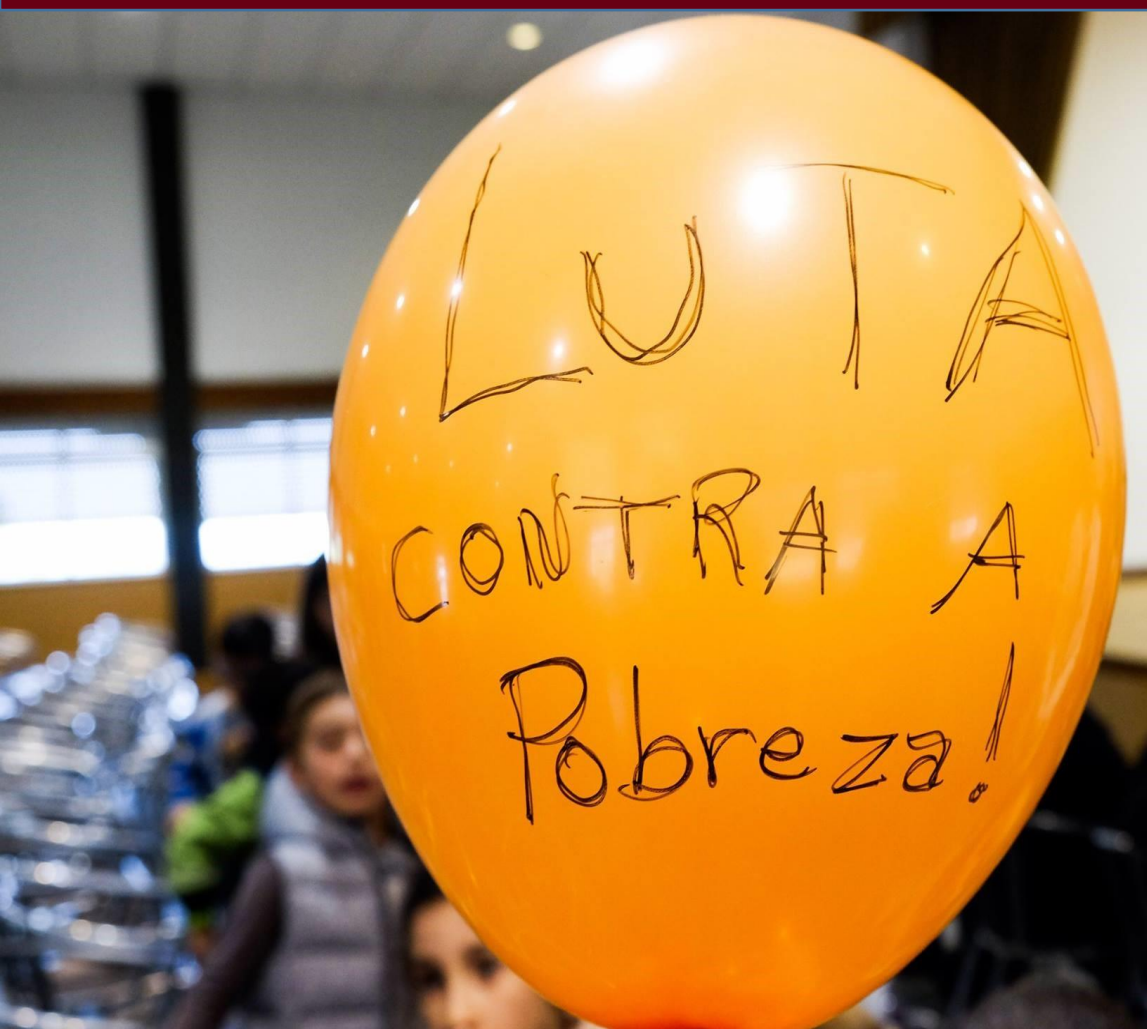


Poverty Watch

PORTUGAL 2017

EAPN Portugal

2017



***Poverty Watch* PORTUGAL 2017**

ÍNDICE

1. Introdução
2. O que entendemos por Pobreza?
3. O que está a acontecer à Pobreza? Quais os grupos mais afetados?
4. Qual o papel da União Europeia e do Governo Nacional?
5. Quais os desafios e prioridades chave? O que pensam as pessoas que estão em situação de Pobreza?
6. O que está a EAPN Portugal a fazer?
7. Recomendações Chave
8. Bibliografia

1. Introdução

A EAPN – Rede Europeia Anti Pobreza/Portugal (EAPN Portugal) é uma organização não-governamental sediada em Portugal desde 1991. A EAPN Portugal tem como missão contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e solidária, em que todos sejam corresponsáveis na garantia do acesso dos cidadãos a uma vida digna, baseada no respeito pelos Direitos Humanos e no exercício pleno de uma cidadania informada, participada e inclusiva. A EAPN Portugal está implementada em todo o território nacional através de um núcleo presente em cada um dos 18 distritos do país.

Ao longo destes 26 anos a EAPN Portugal tem procurado ser uma organização atenta à situação da pobreza e da exclusão social, não só ao nível nacional e local, mas também europeu, incidindo a sua intervenção nas entidades que trabalham diretamente com esta problemática, mobilizando à participação as pessoas que vivenciam situações de vulnerabilidade social e produzindo pensamento crítico que seja uma mais-valia para definição de políticas sociais mais eficazes. Neste sentido a sua ação divide-se em atividades de formação, informação, investigação e lobby.

Neste seguimento, o presente documento tem como objetivo traçar, de forma sumária, um retrato da situação de pobreza em Portugal, elencando, não só, um conjunto de informações oficiais sobre esta problemática, mas também um conjunto de preocupações traduzidas em mensagens pela voz das próprias pessoas que vivenciam esta realidade. De uma forma e de outra pretende-se não só informar a sociedade sobre esta problemática, mas também sensibilizar para os contornos que esta assume em Portugal e também na Europa, e apresentar um conjunto de recomendações passíveis de serem debatidas e implementadas.

Recomendações:

- Promover a definição e consolidação de uma Estratégia Nacional para a erradicação da pobreza e exclusão social.
- Garantir o reforço da proteção social e criar os alicerces necessários à definição de um regime de rendimento mínimo adequado.
- Investir em formação de qualidade, diferenciadora e capaz de uma integração profissional duradoura dos mais jovens.
- Monitorizar e avaliar a implementação dos 20% do FSE para a luta contra a pobreza e exclusão social.
- Promover o acompanhamento dos objetivos da Estratégia Europa 2020 e o reforço do eixo da coesão social com uma atenção específica ao Pilar Europeu dos Direitos Sociais.
- Promover a Participação efetiva da sociedade civil e das pessoas em situação de pobreza no semestre europeu, nomeadamente na elaboração dos documentos-chave aqui produzidos.

2. O que entendemos por Pobreza?

Em 2016 e no âmbito do trabalho desenvolvido pelo Conselho Nacional de Cidadãos a EAPN Portugal publicou o Guia *A Pobreza e a Exclusão Social: um Olhar na Primeira Pessoa*. O Guia para além de apresentar os conceitos de pobreza, exclusão e privação material, apresenta também um olhar das pessoas em situação de pobreza sobre os mitos que existem acerca da situação de vulnerabilidade destas pessoas e o que pode ser feito para combater a pobreza e a exclusão.

O Conselho Nacional de Cidadãos (CNC) é um órgão consultivo da EAPN Portugal que existe desde 2009 e que é constituído por um representante de cada Conselho Local de Cidadãos (CLC). Existem 18 CLC (um em cada distrito do país) e cada um é formado por pessoas que vivem ou viveram em situação de pobreza e exclusão social. Cada CLC é acompanhado e coordenado pelo núcleo distrital da EAPN Portugal.

A definição de pobreza e de exclusão social existe em diversos materiais publicados, quer a nível nacional, quer a nível europeu. O Guia aponta uma definição clara e de mais fácil compreensão que apresentamos aqui: “a pobreza está relacionada com a falta de recursos materiais que não permitem a uma pessoa participar de forma igual na sociedade em que está inserida. Mas também é quando não se tem a possibilidade de participar nas atividades e ter as condições de vida e conforto consideradas habituais na sociedade, como por exemplo, atividades culturais, educacionais e acesso à saúde”¹.

Pobreza não é uma condição que nasce connosco. Pobreza é, acima de tudo, ausência de justiça”

Membro do CNC

A pobreza pode ser relativa ou absoluta. No caso da Pobreza Absoluta, estamos num estado mais profundo de pobreza. A pobreza absoluta, ou severa, “remete para situações em que as pessoas não veem satisfeitas as necessidades mais básicas à sua sobrevivência (alimentação, habitação, saúde, educação, entre outros)”². As Nações Unidas (ONU) concentram os seus esforços na eliminação da pobreza extrema no mundo. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio da ONU definiram como primeiro objetivo a redução da pobreza extrema e a Fome. Nos atuais Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis da ONU este objetivo foi dividido em dois, a Erradicação da Pobreza (ODS 1) e a Erradicação da Fome (ODS 2).

No caso da Pobreza relativa, estamos perante situações em que o estilo de vida e o rendimento de algumas pessoas se situa num patamar bastante abaixo do nível de vida do país ou da região em que vivem. A União Europeia adota a definição relativa de pobreza.

Uma vez que este é um fenómeno multidimensional, ou seja, a pobreza está relacionada com a ausência de rendimentos, mas também com todo um conjunto de situações de exclusão que impedem/dificultam a participação na sociedade, de forma igualitária, destas pessoas, medir a pobreza não é fácil. Em 2010 e no âmbito da apresentação da Estratégia Europa 2020 a Comissão Europeia definiu um indicador compósito para medir a pobreza. Este Indicador – taxa de pobreza e de exclusão social (em inglês *The rate of people at risk of poverty or social exclusion* – AROPE) é definido como a percentagem de população em, pelo menos, uma das seguintes 3 condições: 1) risco de pobreza, isto é, abaixo do limiar de pobreza; 2) numa situação de privação material severa; 3) vivendo num agregado com uma muito baixa intensidade de trabalho.

¹ *A Pobreza e a Exclusão Social: um olhar na primeira pessoa*, Porto, EAPN Portugal, 2016, p.8.

² *Op. Cit*, Porto, EAPN Portugal, 2016, p.8.

3. O que está a acontecer à Pobreza? Quais os grupos mais afetados?

Em Portugal e após um período em que a Taxa de risco de pobreza apresentava um declínio, assistiu-se, no período pós troika, (entre 2011 e 2014, Portugal seguiu um Programa de Ajustamento Económico) a um agravamento significativo da pobreza. Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE) em 2016, 25.1% da população residente em Portugal encontrava-se em risco de pobreza ou exclusão social (2 595 milhões de pessoas). Uma percentagem ligeiramente inferior a 2015 (26.6%). Em 2013 e 2014 a Taxa atingiu os 27.5%.

No entanto, os dados mais recentes, apresentados no final de novembro, referem uma mudança de cenário. Segundo o INE³, e de acordo com o inquérito realizado em 2017, em Portugal existiam 2 399 milhares de pessoas em situação de pobreza e exclusão social, ou seja, 23.3% (-1.8 pp face ao ano anterior).

Tendo em conta que este é um indicador compósito verifica-se também que em Portugal a taxa de risco de pobreza foi, em 2016⁴, de 18.3%, a taxa de privação material severa de 6.9% (2017) e a taxa de intensidade laboral *per capita* muito reduzida de 8.0%.

“Gastamos o mínimo possível e nem sempre conseguimos pois por vezes a ajuda dos amigos e da comunidade não chega. Às vezes abdicamos de comprar medicação para poder comprar um par de sapatos. Com tudo isto por vezes não dá mesmo e vamos fazendo umas pequenas coisas em artesanato e que tento vender barato para arranjar algum dinheiro” – “Sou obrigada a reduzir na alimentação uma vez que não tenho suporte familiar. Dai ter uma qualidade de vida muito reduzida”.

Membro do CNC

As crianças continuam a ser o grupo mais afetado pela pobreza, embora se tenha verificado também uma diminuição entre 2015 e 2016 em 1.7 pontos percentuais, ou seja, a taxa em 2015 foi de 22.4% e em 2016 de 20.7%. No caso das pessoas idosas verificou-se também uma diminuição para 17.0% em 2016 (em 2015 foi de 18.3%).

Em 2016, o risco de pobreza continuou a atingir com maior impacto as mulheres: 18.7% face a 17.8% para os homens. Desde 2003 os dados indicam uma tendência de maior vulnerabilidade à pobreza das mulheres. A diferença entre um grupo e o outro passa de 0.7 pontos percentuais em 2011 para 1.4 pontos percentuais em 2015⁵.

Do ponto de vista da composição do agregado familiar tem-se vindo a verificar que a taxa de risco de pobreza é mais elevada junto dos agregados familiares com crianças dependentes, comparativamente aos agregados sem crianças dependentes. Refira-se que o INE considera como crianças dependentes todos os indivíduos com menos de 18 anos, assim como as pessoas entre os 18 e os 24 anos economicamente dependentes. Em 2016, 19.7% dos agregados familiares com crianças dependentes estavam em risco de pobreza (ligeiramente inferior a 2015 – 21.0%), enquanto

³ INE; *Rendimento e Condições de Vida 2017*, Destaque do INE de 30 de novembro de 2017. Disponível aqui: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaquas&DESTAQUESdest_boui=281441156&DESTAQUESmo_do=2

⁴ O Inquérito às Condições de Vida e Rendimento foi realizado em 2017 sobre os rendimentos de 2016.

⁵ *Igualdade de Género em Portugal: Indicadores-chave 2017*, CIG, Abril de 2017.

esta taxa era de 16.9% para agregados sem crianças dependentes (ligeiramente superior a 2015 – 16.8%).

Dentro dos agregados familiares com crianças dependentes continuam a ser as famílias monoparentais (um adulto com pelo menos uma criança) e as famílias numerosas (dois adultos com três ou mais crianças) as que apresentam taxas mais elevadas de risco de pobreza em 2016 (33.1% e 41.4%, respetivamente) (em 2015 foi de 31.6% e 42.7%). É importante referir que enquanto nas famílias monoparentais (1 adulto com pelo menos uma criança) registou-se um pico do risco de pobreza em 2013 (38.4%). No caso dos agregados com dois adultos e com três ou mais crianças, esse pico verificou-se em 2015, depois de ter descido ligeiramente entre 2013 e 2014.

A situação dos trabalhadores pobres é igualmente significativa a nível nacional. Em 2015, 10.9% dos trabalhadores encontravam-se em situação de vulnerabilidade à pobreza, verificando-se em 2016 uma ligeira descida para 10.8%. É importante sublinhar que, em 2016, 44.8% dos desempregados estavam em risco de pobreza, percentagem esta superior ao ano de 2015 (42%). O mesmo se verificou para os “outros inativos” (31.2% em 2015 e 32.3% em 2016).

Relativamente à população reformada, assistiu-se a um aumento do risco de pobreza entre 2012 e 2015, passando de 12.8% para 16.0%, respetivamente, mas em 2016 verificou-se uma descida para 15.1%. O desemprego é também bastante significativo junto dos jovens e dos desempregados de longa duração. No 2º trimestre de 2017, o desemprego jovem situava-se nos 22.7% e a proporção de desempregados à procura de emprego há 12 e mais meses (longa duração) foi de 59,2% (a taxa de desemprego de longa duração foi de 5.2%). A situação dos NEET (jovens que não estavam empregados, nem em educação ou formação) é também significativa (10.8%). Em termos globais, e apesar da gravidade destas situações, estas taxas têm vindo a diminuir nestes últimos anos e para todos os grupos identificados.

Em termos globais o desemprego no 3º trimestre de 2017 foi de 8.5%, inferior em 2.0 p.p. relativamente ao trimestre homólogo de 2016. O género também tem aqui um peso importante visto que a taxa de desemprego das mulheres (9.2%) continua a ser superior ao dos homens (7.7%). O mesmo se verifica na taxa de emprego, sendo muito mais significativa nos homens (59.8%) do que nas mulheres (49.4%). A taxa de emprego global situou-se nos 54.3%. O relatório da CIG indica também que em 2015, 12.5% das mulheres trabalhavam a tempo parcial quando comparadas com 7.1% dos homens. No entanto, a proporção de trabalhadoras a tempo parcial de forma involuntária é bastante significativa em Portugal. Enquanto que nos homens a diferença é de apenas 2.5 pontos percentuais, no caso das mulheres o diferencial chega aos 28.7 pontos percentuais. O relatório conclui que esta situação é bastante reveladora da dificuldade que as mulheres ainda têm de conseguirem trabalhar a tempo inteiro quando comparadas com os homens. Esta situação tem impacto nas remunerações e, mesmo a longo prazo, nas futuras pensões que a população feminina irá auferir. Em termos de remunerações verifica-se que a remuneração média de base é superior nos homens (990.05€) do que nas mulheres (824.99€) e quanto maior for o nível de qualificação, maior é também o diferencial entre homens e mulheres, chegando a 26.4% nos quadros superiores.

Portugal é também um dos países mais desiguais da EU, sendo que em 2016, 20% da população com maior rendimento recebia aproximadamente 5.7 vezes o rendimento dos 20% da população com o rendimento mais baixo (em 2015 era de 5.9). Esta desigualdade é ainda maior quando verificamos que 10% da população mais rica auferia 10.0 vezes o rendimento dos 10% da população mais pobre. Em ambos se verifica uma descida por comparação a 2015, 5.7 no rácio S80/S20 e 10.0 no rácio S90/S10 respetivamente.

No que diz respeito ao cumprimento das metas estabelecidas no âmbito da Estratégia Europa 2020 verifica-se que Portugal teve uma evolução francamente positiva na redução do abandono escolar precoce. Entre 2010 e 2016 Portugal reduziu a taxa em 14.3 pp, tendo passado de 28.3% (2010) para 14.0% (2016). A meta assumida no âmbito da Estratégia situa-se em 10%.

Relativamente à redução do número de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social, a EAPN Portugal já tinha referido que a meta estabelecida a nível nacional era muito pouco ambiciosa, uma vez que se pretendia reduzir, em 10 anos, a pobreza em cerca de 200 mil pessoas. O Programa Nacional de Reformas 2017 refere que Portugal está com uma evolução positiva tendo reduzido o número de pessoas em situação de pobreza na ordem das 168 mil pessoas, no entanto, é importante também referir que o número de pessoas em situação de pobreza subiu de forma significativa entre 2012 e 2013 e só a partir de 2014 é que começou paulatinamente a reduzir.

4. Quais os desafios e prioridades chave? O que pensam as pessoas que estão em situação de Pobreza?

A EAPN Portugal procura acompanhar a situação da pobreza na sua dimensionalidade, quer em termos das problemáticas que lhe estão associadas, quer em termos dos grupos mais afetados. Apesar deste olhar global, existe um conjunto de temas e grupos para os quais se procura ter uma atenção mais específica realçando deste modo aspetos que exigem uma intervenção mais específica. Tendo por base os dados anteriormente apresentados é importante salientar a situação das crianças que vivem em situação de pobreza. Apesar das crianças estarem integradas em agregados familiares também desfavorecidos (as crianças “não são pobres sozinhas”) existem aspetos inerentes ao seu *bem-estar* que precisam de ser destacados e intervencionados. Por isso mesmo, e no âmbito do grupo de trabalho da pobreza infantil dinamizado pela EAPN Portugal, já foram elencadas um conjunto de propostas consideradas prioritárias nesta área, nomeadamente, “a necessidade de elaboração de um diagnóstico sólido e atualizado das condições de vida das crianças (...) a criação de uma estratégia nacional de erradicação da pobreza e da exclusão social em geral e à pobreza infantil e exclusão social em particular; uma abordagem clara, integradora e coordenada da intervenção para o desenvolvimento de políticas e programas que garantam o superior interesse das crianças (...) e a obrigatoriedade, para fins de financiamento, da participação das crianças no momento de desenho e avaliação de projetos”⁶. De salientar a importância política e simbólica da Recomendação da Comissão que data já de 2013: “*Investing in children: breaking the cycle of disadvantage*” e que permanece sem uma aplicação prática no nosso país e pela qual a EAPN Portugal se debate nos vários documentos de tomada de posição que tem vindo a produzir sobre esta matéria. Congratulamo-nos pelo fato do Pilar Europeu dos Direitos Sociais recuperar esta Recomendação.

O combate à discriminação é também um foco de intervenção da organização e um dos grandes desafios nacionais. A este nível é de realçar a situação das comunidades ciganas que para além da situação de pobreza em que vivem, são também alvo de forte estigmatização que afeta várias dimensões da sua vida, em particular, o acesso ao emprego, à educação e à habitação.

⁶ Fátima Veiga e Sandra Araújo, “A promoção do Bem-estar infantil: o desafio, uma prioridade!”, in Amélia Bastos e Fátima Veiga (Org.), *A análise do Bem-estar das crianças e jovens e os Direitos da criança*, Vila Nova de Famalicão, Edições Húmus, novembro de 2016, p.136.

“Devem olhar os ciganos com olhos de ver e não com os preconceitos que têm. Devem partir do pressuposto que o cigano é também uma pessoa e que não é apenas isso que o define. Não digo diariamente que sou cigana, mas também não escondo. Tenho orgulho em ser cigana, mas, no fundo, sou simplesmente uma pessoa como outra qualquer.”

Damaris Maia⁷

A situação dos sem-abrigo tem sido assumida como prioritária pela EAPN Portugal e assume a nível nacional um lugar de destaque. Em 2009 Portugal apresentou uma Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas Sem-abrigo que foi reconhecida internacionalmente, tendo sido também a primeira do género entre os países do sul da Europa. Desde o início que a Organização integrou o Grupo de Implementação, Monitorização e Avaliação da Estratégia e trabalhou de forma sistemática para que a estratégia fosse renovada. Em julho deste ano o Conselho de Ministros aprovou a nova Estratégia para os anos 2017-2023. A situação dos sem-abrigo é também reveladora das dificuldades no acesso à habitação por parte das pessoas em situação de pobreza e pelas más condições habitacionais em que muitos vivem. Segundo o índice Europeu sobre a exclusão habitacional, Portugal assume a 18ª posição em termos de privação habitacional severa (5.5%)⁸. O acesso à habitação foi severamente dificultado no período de crise em Portugal, e mantém-se muito limitado para as pessoas que vivem em situação de pobreza, não só pelos altos valores das rendas, pela dificuldade no acesso ao crédito bancário, mas também pela insuficiência económica destes grupos em fazer face à multiplicidade de despesas relacionadas com a habitação e as despesas do dia-a-dia:

“Estou a viver numa habitação há 17 anos, sempre com muitas dificuldades, mas nos últimos tempos essas dificuldades aumentaram, afinal com o RSI no valor de 178 €, tenho que lutar bastante para pagar a renda de 200 €”

“A situação de desemprego obrigou-nos a mudar para uma casa camarária”

“Conheço situações muito difíceis de solucionar. Famílias que tiveram de entregar aos bancos as habitações, com perda do valor já pago, que foram morar com os pais em casa mais pequenas. Deveria haver forma de negociar com os bancos para não haver mais despejos...”

Membros dos Conselhos Locais de Cidadãos

Uma outra prioridade prende-se com a importância do rendimento mínimo adequado, aliado à inserção num mercado de trabalho mais inclusivo e acesso a serviços de qualidade. A adoção de uma estratégia de inclusão ativa nunca se verificou a nível nacional. Portugal sempre lidou com níveis

⁷ Testemunho de Damaris Maia que integra a publicação, Maria José Vicente e Sérgio Aires, *Singular do Plural*, Porto, EAPN Portugal, Novembro de 2016. Esta publicação reúne 20 testemunhos de homens e mulheres de etnia cigana dos 18 aos 65 anos que reclamam o direito à igualdade que, neste século, não é possível não reconhecer à pessoa humana. Mais informações em: <http://www.eapn.pt/publicacao/216/o-singular-do-plural>

⁸ *Housing Exclusion Index*, Portugal Country Fiche 2016. Disponível em: <http://www.feantsa.org/en/country-profile/2016/10/19/country-profile-portugal?bcParent=27>

altos de desemprego, nomeadamente, desemprego jovem e desemprego de longa duração. Apesar das estatísticas revelarem uma descida gradual destas taxas e de se assistir à criação de emprego, permanece algumas dúvidas relativamente à qualidade do emprego que é criado.

“As instituições vão à procura de pessoas que estão a receber ou já receberam o subsídio de desemprego, para empregarem através das medidas do IEFP e assim não pagarem e no fim desses contratos mandam as pessoas embora.”

“Tive muitas dificuldades no centro de emprego, creio que se preocupam mais com a aplicação de medidas (ativas) de emprego do que com o emprego em si, que são poucos e são precários”.

“Em 2008 fiquei desempregada da biblioteca. Pouca durabilidade do contrato de trabalho e sem ter direito ao subsídio de desemprego. Entrei em depressão”.

Membros dos Conselhos Locais de Cidadãos

Da mesma forma assistiu-se no período da crise a medidas restritas no acesso a determinadas prestações sociais, como o Rendimento Social de Inserção. Esta prestação dirige-se a pessoas em situação de pobreza e tem um impacto na redução da severidade da pobreza. Desde dezembro de 2016 e com a entrada do novo Governo, esta prestação sofreu algumas mudanças, quer no montante que é atribuído, quer nos procedimentos de acesso à mesma. Esta situação permitiu alargar o âmbito da medida, no entanto, quem dela beneficia continua a lidar com sérias dificuldades, não só porque o montante da prestação está longe de ser adequado (183.84€/por titular), mas também porque os seus beneficiários são alvo de preconceitos, sendo muitas vezes associados a pessoas que “não querem trabalhar” e “subsídio-dependentes” do sistema de proteção social.

5. Qual o papel da União Europeia e do Governo Nacional?

O Programa Nacional de Reformas (PNR) de 2016 revela uma atenção mais específica às questões sociais, nomeadamente, à pobreza e exclusão social e à dimensão das desigualdades sociais que se agravou a partir de 2011, com a crise económica e com as medidas de austeridade implementadas. O peso deste pilar é significativo sendo o que apresenta maior número de medidas, 34, (o Pilar da Valorização do Território aproxima-se com 32 medidas), estando 44% em curso e 26% concluídas.

Procurando atingir dois objetivos muito específicos - *garantir a eficiência, sustentabilidade e justiça dos sistemas de Saúde e Segurança Social e reduzir os níveis de pobreza e exclusão social* – é central referir que foram postas em prática um conjunto de medidas que tenderam a repor os direitos que tinham sido retirados no período da Troika. Salientamos como positivo alguns dos mais significativos:

- Atualização dos montantes do abono de família e majoração para as famílias monoparentais.
- Reposição dos valores de referência do Complemento Solidário para Idosos (CSI) e do Rendimento Social de Inserção (RSI).

- A atualização do valor do Indexante dos Apoios sociais.
- Atualização da bonificação por deficiência e o aumento do montante mensal do subsídio por assistência a 3ª pessoa.
- Apoio pecuniário de carácter extraordinário a DLD.
- Aumento da retribuição mínima mensal garantida.
- Promoção da equidade no acesso aos serviços de saúde.
- Alargamento da rede de cuidados continuados integrados.

Reconhecemos a elevada importância das medidas indicadas, nomeadamente no impacto que algumas delas têm na redução da severidade da pobreza, mas não deixa de continuar a ser preocupante a ainda permanente a redução do número de beneficiários do CSI e do RSI. Em julho deste ano o Governo anunciou algumas mudanças no acesso e renovação do RSI (deixa de ser obrigatório o pedido de renovação anual e o acesso à medida é mais alargado podendo ser requerida a prestação por pessoas com rendimentos superiores a 25 mil euros). Mantem-se, no entanto, a preocupação já anunciada pela EAPN Portugal e que se prende com a ligação do RSI com as medidas de ativação. É clara a aposta na “ativação sustentável dos beneficiários de políticas ativas”, mas até que ponto essa é também uma aposta na inclusão num trabalho de qualidade?

O PNR contempla também a necessidade de se criar um sistema de indicadores de alerta de precariedade social (abandono escolar, problemas de saúde, etc.) que permitam monitorizar o impacto das políticas e medidas. A este nível é de salientar a urgência de se objetivar este painel de indicadores de modo a monitorizar também a aplicação dos 20% do Fundo Social Europeu dedicados ao combate à pobreza e à exclusão social. Continuam a ser preocupantes os atrasos na implementação dos fundos estruturais e também a ausência deste assunto no Balanço dos primeiros 6 meses de execução do PNR e no documento revisto em 2017.

Do ponto de vista europeu e tendo por base o Relatório da Comissão Europeia relativo a Portugal há uma referência clara ao facto de que “ainda que tenha continuado a recuperar pelo quarto ano consecutivo, a economia portuguesa mantém-se vulnerável a choques”. Relativamente ao PNR o relatório da Comissão refere que “globalmente, Portugal registou progressos limitados na resposta às recomendações que lhe foram dirigidas em 2016”, o que levanta algumas questões relativamente à incorporação das recomendações por parte das medidas governamentais e/ou acerca da adequabilidade das mesmas à realidade nacional. Do ponto de vista das medidas consideradas positivas, a Comissão destaca a reposição dos valores de referência do RSI e CSI, anteriormente referido. Mas destaca como preocupante o facto de Portugal continuar a ser um dos países com maior nível de desigualdade na distribuição dos rendimentos.

A situação do desemprego de longa duração e do desemprego jovem são salientadas como situações graves ao nível nacional. O relatório destaca que Portugal continua com um problema de segmentação do mercado de trabalho que empurra em particular os mais jovens para empregos precários. A Comissão considera que as medidas “de apoio ao emprego que visam promover a contratação ao abrigo de contratos sem duração determinada” que foram criadas, terão um impacto limitado na segmentação do mercado de trabalho. É salientado também que o forte aumento do Turismo terá contribuído para o crescimento do emprego referido inicialmente, mas nada é dito acerca do tipo de emprego que é criado, já que na área do Turismo o risco do emprego ser sazonal e temporário é mais elevado.

Apesar dos alertas a Comissão Europeia não apresenta nenhuma recomendação específica diretamente relacionada com a Pobreza. As preocupações com o desemprego, nomeadamente o de longa duração, surge espelhado na Recomendação nº 2, mas subsiste a dúvida, por parte da Comissão em termos da recuperação económica do país, uma vez que, tal como se referiu, a economia portuguesa ainda está vulnerável.

De qualquer das formas e num comunicado que o Governo apresentou à Comunicação Social em Fevereiro deste ano, destaca-se que o “défice não ultrapassará os 2,1% do PIB em 2016, abaixo de todas as estimativas do FMI, (...) [e que] Portugal continuará a cumprir os seus compromissos nacionais e internacionais: em 2017, o défice será de 1,6%”⁹¹⁰ A nota termina com uma referência ao Programa Nacional de Reformas como sendo o instrumento que visa “aumentar o seu crescimento potencial e assegurar um crescimento sustentável e inclusivo”, permitindo concretizar os objetivos de corrigir os “desequilíbrios económicos e sociais, consolidando os progressos positivos alcançados nos domínios das contas públicas, do desemprego e das contas externas”.

6. O que está a EAPN Portugal a fazer?

- **Definição de uma *Estratégia Nacional para a Erradicação da Pobreza***

Em 2013 a EAPN Portugal iniciou a organização e dinamização de um Grupo de Trabalho denominado *Estratégia Nacional para a Erradicação da Pobreza e da Exclusão Social*. Este grupo composto por um conjunto de peritos e organizações na área social tinha como objetivo refletir em torno das questões da pobreza e da exclusão e lançar as bases para a definição de uma Estratégia Nacional. Depois da apresentação de um Manifesto (*A Pobreza Mata!*) em outubro de 2014 e da organização de seminários na Assembleia da República, reuniões com os partidos políticos e com a Presidência da República, foi apresentado em setembro de 2015 a proposta: *Erradicar a Pobreza_Compromisso para uma Estratégia Nacional*. Este documento tem sido apresentado e debatido em outros momentos junto de instâncias decisoras de modo a reunir consensos para a sua eventual operacionalização.

Informações: <http://www.eapn.pt/publicacao/204/rediteia-48-2015-erradicar-a-pobreza-compromisso-para-uma-estrategia-nacional>

- **Campanha Nacional: *Direito a ser o que quiserem***

Em junho de 2017 a EAPN Portugal promoveu em parceria com a Secretaria de Estado para a Cidadania e a Igualdade, a Campanha Nacional – *Direito a ser o que quiserem*. O objetivo geral desta campanha é o de procurar influenciar positivamente a imagem social sobre as comunidades ciganas na sociedade maioritária, nomeadamente confrontando-a com a forma injusta e violentamente discriminatória com que trata quotidianamente e transversalmente esta etnia e, desta forma, embora não exclusivamente, convocando-a para uma mudança de comportamento.

⁹ *Quinta Missão de Monitorização Pós-Programa do FMI a Portugal*, Nota à Comunicação Social, Gabinete do Ministro das Finanças, 22 de fevereiro de 2017. Esta nota surge no seguimento do Relatório da Quinta Missão de Monitorização Pós-Programa do FMI a Portugal no qual se reconhece a evolução da economia do país, mas o FMI revela *dúvidas relativamente à sustentabilidade dos resultados*.

¹⁰ De acordo com as notícias mais recentes (2018), o Governo planeia reduzir o deficit publico para 1% do PIB.

Apresentada publicamente no dia 24 de junho – Dia Nacional das Comunidades Ciganas – a presente Campanha foi acolhida e promovida também por um conjunto de figuras públicas em Portugal e marcou o início de uma parceria mais efetiva com a Secretaria de Estado tendo em vista a dinamização de outras ações de combate à discriminação e promoção de uma maior inclusão das comunidades ciganas.

Informações: <http://www.eapn.pt/campanha/30/campanha-contr-a-discriminacao-das-comunidades-ciganas-direitoaseroquequiserem>

- **Conselhos Locais de Cidadãos e Conselho Nacional de Cidadãos**

Desde 2009 que a EAPN Portugal promove a dinamiza a nível nacional e local os Conselhos locais e nacional de Cidadãos. Estes Conselhos são constituídos por pessoas que vivem ou viveram em situações de pobreza e de exclusão social e têm como objetivo dar voz às pessoas para se pronunciarem sobre às suas realidades, necessidades e prioridades e criar espaço para que possam participar ativamente com a EAPN Portugal na luta contra a pobreza. Ao longo destes anos estes Conselhos têm desenvolvido um conjunto de diferentes atividades (workshops, debates, campanhas, teatro) em diferentes temáticas da pobreza e são desde 2009 os protagonistas do Fórum Nacional que, anualmente celebra o Dia Europeu de Combate à Pobreza e à Exclusão Social (17 de outubro).

Informações: <http://participacao.eapn.pt/>

- **Observatório Nacional de Luta contra a Pobreza e Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa**

A EAPN Portugal lança este ano as bases para a construção de um Observatório Nacional de Luta contra a Pobreza. O conhecimento da realidade nacional é condição primeira para se criarem instrumentos e medidas de política mais eficazes de combate à pobreza.

Este desafio assenta numa experiência de 10 que a EAPN Portugal tem enquanto dinamizadora do Observatório local da Cidade de Lisboa.

Informações: <http://observatorio-lisboa.eapn.pt;> <http://www.eapn.pt>

- **Estudo do Bem-estar Infantil**

No seguimento da sua experiência de investigação social em temáticas da área da pobreza e da exclusão social, a EAPN Portugal vai iniciar em 2018 um estudo de âmbito nacional sobre o Bem-Estar Infantil em colaboração com diversas Universidades e Centros de Investigação de todo o país que trabalham nesta área específica da infância e juventude e que integram o Grupo de Trabalho da Pobreza Infantil que a EAPN Portugal promove desde 2009. Este estudo tem como principal objetivo conhecer a pobreza infantil a partir de informação atualizada e sistematizada sobre as condições de vida das crianças em Portugal, de forma a garantir intervenções adequadas às dinâmicas e problemáticas detetadas.

Informações: <http://www.eapn.pt/investigacao-e-projetos/estudos>

7. Recomendações Chave

Ao nível europeu:

- Definição de uma Estratégia integrada de Erradicação da Pobreza e da Exclusão Social
- Reforço do Pilar Europeu dos Direitos Sociais em todos os Estados Membros e definição de estratégias concretas para a sua efetiva implementação.

Ao nível nacional:

- Promover a definição e consolidação de uma Estratégia Nacional para a erradicação da pobreza e exclusão social.
- Garantir o reforço da proteção social e criar os alicerces necessários à definição de um regime de rendimento mínimo adequado.
- Investir em formação de qualidade, diferenciadora e capaz de uma integração profissional duradoura dos mais jovens.
- Monitorizar e avaliar a implementação dos 20% do FSE para a luta contra a pobreza e exclusão social.
- Promover o acompanhamento dos objetivos da Estratégia Europa 2020 e o reforço do eixo da coesão social com uma atenção específica ao Pilar Europeu dos Direitos Sociais
- Promover a Participação efetiva da sociedade civil e das pessoas em situação de pobreza no semestre europeu, nomeadamente na elaboração dos documentos-chave aqui produzidos.

8. Bibliografia

A Pobreza e a Exclusão Social: um olhar na primeira pessoa, Porto, EAPN Portugal, 2016 (http://participacao.eapn.pt/ficheiro/2014/07/A-Pobreza-e-a-Exclus%C3%A3o-Social_-Um-olhar-na-Primeira-Pessoa_Completo-Final.pdf)

A situação social em Portugal 2017, Análise e Recomendações da EAPN Portugal, Abril de 2017 (<http://www.eapn.pt/documento/551/a-situacao-social-em-portugal-2017-recomendacoes-da-eapn-portugal>)

Comissão Europeia, *Recomendação do Conselho relativa ao Programa Nacional de Reformas de Portugal para 2017 e que formula um parecer do Conselho sobre o Programa de Estabilidade de Portugal para 2017*, COM(2017) 521 final, Bruxelas, 22.5.2017 (https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/2017-european-semester-country-specific-recommendations-commission-recommendations_-_portugal-pt.pdf)

Comissão Europeia, *Relatório relativo a Portugal 2017*, SWD(2017) 87 final, Bruxelas, 22.2.2017 (<https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/2017-european-semester-country-report-portugal-pt.pdf>)

Fátima Veiga e Sandra Araújo, "A promoção do Bem-estar infantil: o desafio, uma prioridade!", in Amélia Bastos e Fátima Veiga (Org.), *A análise do Bem-estar das crianças e jovens e os Direitos da criança*, Vila Nova de Famalicão, Edições Húmus, novembro de 2016

Housing Exclusion Index, Portugal Country Fiche 2016 (<http://www.feantsa.org/en/country-profile/2016/10/19/country-profile-portugal?bcParent=27>)

Igualdade de Género em Portugal: Indicadores-chave 2017, CIG, abril de 2017 (https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2017/07/AF_CIG_FactSheet.pdf)

Indicadores sobre Pobreza: dados europeus e nacionais, EAPN Portugal, maio de 2017 (<http://www.eapn.pt/documento/531/indicadores-sobre-pobreza-dados-europeus-e-nacionais>)

INE; Estatísticas do Emprego. 3º Trimestre de 2017, Destaque do INE de 8 de novembro de 2017. Disponível aqui: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaquas&DESTAQUESdest_boui=281092082&DESTAQUESmodo=2

INE; *Rendimento e Condições de Vida 2017*, Destaque do INE de 30 de novembro de 2017. Disponível aqui: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaquas&DESTAQUESdest_boui=281441156&DESTAQUESmodo=2

Maria José Vicente e Sérgio Aires, *Singular do Plural*, Porto, EAPN Portugal, novembro de 2016

Programa Nacional de Reformas, 2016-2021_Atualização de 2017, XXI Governo Constitucional (<http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/pnr/pnr-2017.aspx>)

Programa Nacional de Reformas, Balanço de 6 meses de implementação, XXI Governo Constitucional (<http://www.portugal.gov.pt/pt/ministerios/mpi/noticias/20161109-mpi-pnr-balanco.aspx>)

Quinta Missão de Monitorização Pós-Programa do FMI a Portugal, Nota à Comunicação Social, Gabinete do Ministro das Finanças, 22 de fevereiro de 2017 (http://img.rtp.pt/icm/noticias/docs/3f/3f31f189f6b3bdb0d90ebd80f0b5bb2a_36f03a54df14da4738f3b83404b027ae.pdf)

Páginas web:

<http://ec.europa.eu/eurostat>

<http://observatorio-lisboa.eapn.pt/>

<http://participacao.eapn.pt/>

<http://www.eapn.pt>

<http://www.ine.pt>

<http://www.portugal.gov.pt/pt.aspx>

https://ec.europa.eu/info/strategy/european-semester_en